

Prefácio

Luiz Fernando Dias Duarte

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DUARTE, LFD. Prefácio. In: ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection, pp. 9-11. ISBN 978-85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

Um dos mais ricos filões da antropologia contemporânea é o da compreensão dos meandros pelos quais a Diferença voltou a ser tematizada e legitimada em nossa cultura ocidental moderna, apesar do compromisso originário desta com a ideologia da Igualdade.

Fabiola Rohden elaborou uma fascinante reconstrução de um dos melhores exemplos desse processo: a criação da moderna medicina da mulher ou ginecologia. É o que ela nos apresenta neste livro, produto de uma tese de doutorado em antropologia social. Seu trabalho se sustenta em pesquisa bibliográfica e arquivística original, demonstrando mais uma vez o potencial desse tipo de material para a pesquisa antropológica.

Como se pode ver, o que caracteriza este tipo de pesquisa, primordialmente, é o privilégio à compreensão dos processos de significação, de produção do sentido cultural da experiência social – iluminada pela consciência das propriedades do próprio continente de sentido em que se assenta o intérprete-observador, da calibragem das lupas culturais de que se serve. Examinar momentos pretéritos de nossa própria tradição histórica, como a medicina do século XIX, é uma tarefa tão exigente de estranhamento e empatia quanto captar o sentido da vida em uma distante sociedade tribal. Sob certo ângulo, até mesmo mais difícil; dada a prevalecente e ilusória sensação de continuidade em que nos banhamos dentro de cada uma de todas as culturas. O desafio enfrentado pela autora, ao esmiuçar os mecanismos de construção dessa ciência da diferença, dá corpo assim à ambição básica da antropologia: a de fazer avançar o conhecimento universal sobre o humano pela especificação da singularidade de cada nódulo de significação cultural. É um outro tipo de ‘ciência da diferença’ – o que revela toda a ironia de seu título.

O estado atual da modernidade ocidental é fruto, em boa parte, do valor atribuído aos chamados saberes científicos – e, supostamente entre eles, os que habilitam a nossa medicina oficial ou erudita (ou biomedicina). Se o prestígio de um modo de relação com o mundo de tipo científico está presente desde os primeiros sinais da modernidade, a construção da legitimidade da biomedicina teve de ser cuidadosamente construída, sobre os escombros dos saberes da velha tradição médico-filosófica (remontável a Hipócrates) e de uma panóplia de técnicas empíricas pouco a pouco desqualificadas. A própria ‘cientificidade’ desse continente de intervenção sobre o humano não se afirmou senão muito paulatinamente, mais por força da vontade investida em seus agentes e instituições pela ideologia geral de nossa cultura do que pela univocidade ou ‘inequívocidade’ de seus princípios, ditames e estratégias. Talvez mesmo por isso, a biomedicina é a área dos saberes ocidentais mais infensa a uma consciên-

cia histórica. Não faltam – é certo – as histórias da medicina e de suas subdivisões. Falta, porém, a essas o sentido de uma verdadeira historicidade: na maior parte dos casos, busca-se apenas no passado as prefigurações imperfeitas do saber contemporâneo, afinando o elogio da plenitude presente.

Uma das dimensões mais notáveis da história crítica dos saberes biomédicos é sua intrínseca articulação com as linhas mestras do movimento ideológico de nossa cultura. Sua intenção universalista se alia, assim, certamente ao horizonte igualitário progressivamente afirmado por volta do século XVIII. Propiciar a ‘saúde’ para todos os membros da recém inventada ‘humanidade’, por meio de um crescente conhecimento do funcionamento do corpo humano (e quiçá de suas ‘funções superiores’) é um projeto inseparável da afirmação do mundo público moderno, sustentado pela constituição de nações compostas por cidadãos conscientes e livres.

Como em todos os outros níveis de organização da modernidade, também a biomedicina vai aos poucos – e desde muito cedo – tendo que lidar com a reinstauração da Diferença. Seus saberes auxiliares ou particulares, a anatomia comparada, a biologia, a antropologia física, a psiquiatria, vão fornecendo os argumentos necessários à transposição para o mundo da ‘corporalidade’ de demarcações morais justificatórias de novas hierarquizações dos seres humanos. Esse processo – tão bem analisado por Fabíola Rohden – se consolida com particular clareza na ginecologia nascente. Trata-se de um de seus capítulos mais fascinantes, por tematizar o principal eixo da Diferença Reinstaurada: a oposição entre os gêneros (ou entre os ‘sexos’, como se dizia antes).

Com efeito, ao longo do século XIX, a Diferença se afirmou entre os ‘povos’ civilizados e os selvagens; entre as ‘classes perigosas’ e os bons cidadãos; entre os ‘loucos’, ‘criminosos’ e ‘crianças’ e os ‘adultos normais’. E também, por certo, entre o ‘gênio criador’ e o homem comum – fonte da idéia de uma ‘aristocracia do espírito’. Criou-se o ‘homossexual’, para dar conta de supostas diferenças do ‘instinto sexual’. Inventou-se um novo conceito de ‘raça’, sediado na corporalidade e também portador de qualidades morais, boas ou ruins.

A construção mais complicada, porém, foi a do novo estatuto da oposição entre homem e mulher, cuja história bem se vê retraçada neste livro. Ela envolvia um fenômeno particularmente estratégico da modernidade: a definição de seu novo modelo de ‘família’ – a tal ‘célula mater’ da sociedade. A partir do século XVIII, como já nos mostrou Foucault, tornou-se necessário em nossas sociedades passar a produzir ‘indivíduos’ e não apenas ‘pessoas’. Esses novos personagens deviam se distinguir dos membros das sociedades passadas por seus atributos de liberdade e igualdade, consubstanciados no claro exercício de uma consciência desembaraçada de qualquer heteronomia. Para essa desafiante tarefa, não havia como não passar pelo formato regular da descendência de um homem e uma mulher, agora eles próprios individualizados pelo ‘amor romântico’, associados por um pacto conjugal. Era a nossa ‘família mínima’ moderna. Mas o funcionamento do pacto conjugal não se veio a adequar de forma alguma ao modelo do contrato social. Seus livre-contratantes entravam em uma relação expressamente hierárquica, como especificava a própria legislação civil moderna – tão empenhada na maioria de seus capítulos em fazer afirmar a cidadania equalizante.

A ideologia da *patria potestas*, citada do direito romano, sancionava diversas implicações delicadas desse arranjo paradoxal: uma instituição hierárquica (tanto na direção do gênero quanto da classe de idade) encarregada de produzir os agentes da nova liberdade/igualdade. Esse foi provavelmente um dos aspectos mais estruturais do contexto geral de afirmação biomédica da diferença entre os gêneros – delicado processo em que o elemento privilegiado de elaboração consciente sempre foi a ‘mulher’.

Uma das mais claras lições de *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* é a demonstração do caráter ‘construído’ de cada um dos nódulos ideológicos e institucionais de que se tece. E construído não apenas como propriedade da leitura crítica do antropólogo, mas também como propriedade da trama ideológica mesma. A preocupação com a defesa da ‘naturalidade’ do feminino revelava a importância de sua desimpedida vitória contra toda sorte de vicissitudes. Na verdade, essa qualidade esteve e continua presente em toda a trajetória complexa e inquieta dos ideais da ‘natureza humana’ ocidental moderna, dilacerada entre a atribuição pensada como originária de sua corporalidade (com seus compromissos hereditários, ou genéticos – como se quer agora) e a aquisição de seu estatuto pleno, *twice-born, self-made*. A maior especificidade da ‘aquisição’ da condição feminina dos ginecologistas originais é provavelmente a de sua condição passiva, assujeitada a uma concertação minuciosa entre a medicina e os controles públicos e familiares.

Nossa época continua a enfrentar os desafios estruturais dessa tradição. O ideal da igualdade continua a desafiar os modos de articulação entre os gêneros; os saberes biomédicos continuam a prover racionalizações fiscalistas para as mais variadas chaves de diferenciação moral. Mas também – felizmente – continuamos a acreditar que podemos iluminar sempre um pouco mais os desvãos dos processos que nos precederam e que sempre nos envolvem, como meio de garantir a continuidade da crença em nossos melhores ideais. Leiam assim o livro com a mesma garra com que Fabíola o escreveu. Ele esclarece.

Luiz Fernando Dias Duarte

Doutor em antropologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ